

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA DE PESSOAL SE/MJSP Nº 872, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria MJSP nº 443, de 24 de novembro de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:

Alterar a Portaria de Pessoal SE/MJSP nº 656, de 27 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 30 de maio de 2022, Seção 2, página 42, referente ao afastamento do País dos servidores GUSTAVO HENRIQUE MOREIRA ALVARES DA SILVA, Coordenador-Geral de Sistemas e Informação de Dados, e LEONARDO GARCIA GRECO, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Serviços da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria-Executiva, para fazer constar que a viagem ocorrerá no período de 21 a 26 de agosto de 2022, inclusive trânsito, com ônus (Processo nº 08006.000991/2021-15).

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

PORTARIA DE PESSOAL SE/MJSP Nº 873, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 3º da Portaria nº 443, de 24 de novembro de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Designar o Policial Rodoviário Federal MARCELO VINICIUS PEREIRA para exercer a função de Coordenador-Geral da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal da Diretoria-Executiva da Polícia Rodoviária Federal, código FCPE 101.4, ficando dispensado da que atualmente ocupa.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

PORTARIA DE PESSOAL SE/MJSP Nº 874, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 3º da Portaria nº 443, de 24 de novembro de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Designar o Policial Rodoviário Federal RONI GONÇALVES BATISTA para exercer a função de Coordenador de Mobilização e Logística da Coordenação-Geral de Administração da Diretoria de Administração e Logística da Polícia Rodoviária Federal, código FCPE 101.3.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

PORTARIA DE PESSOAL SE/MJSP Nº 875, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXVI do art. 1º da Portaria MJSP nº 443, de 24 de novembro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021; no art. 122 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; na Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, e em cumprimento à decisão proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, nos autos do Mandado de Segurança nº 5079016-71.2021.4.04.7100, cuja executoriedade foi reconhecida pelo Parecer nº 77.026/2022/AGU/PGU/CORESE/PRU4, e o que consta no Processo Administrativo nº 00734.005717/2021-04, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição do servidor LUIZ ANTÔNIO FASSINA MILANEZ, matrícula SIAPE nº 1800645, Escrivão de Polícia Federal do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, para exercício junto a Secretaria de Acompanhamento Econômico, Advocacia da Concorrência e Competitividade da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão requisitado.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

PORTARIA DE PESSOAL SE/MJSP Nº 866, DE 11 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria MJSP nº 443, de 24 de novembro de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:

Autorizar que se afaste do País, com ônus, o Papiloscopista Policial Federal LEONARDO COSTA RODRIGUES ALVES, lotado no Núcleo de Identificação da Delegacia Regional Executiva da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, para participar da "106ª International Association for Identification Educational Conference", em Omaha, Nebraska/Estados Unidos da América, no período de 29 de julho a 8 de agosto de 2022, inclusive trânsito, com ônus (Processo nº 08280.004365/2022-30).

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

PORTARIA SE/MJSP Nº 1.564, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o § 4º do art. 5º da Portaria MJSP nº 222, de 27 de maio de 2021, o art. 3º da Portaria MJSP nº 479, de 17 de novembro de 2021, e o que constam nos Processos Administrativos nº 08650.012565/2020-49 e 08004.000104/2022-18, resolve:

Art. 1º Definir a conversão de sede de que trata o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, para o servidor, MARCELO DE ÁVILA, matrícula SIAPE nº 2196312, Policial Rodoviário Federal da Polícia Rodoviária Federal, como Oficial de Ligação da Missão Logística do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a cidade de Washington, D.C./EUA, inclusive trânsito no exterior, pelo período de 1º de agosto de 2022 a 31 de março de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA DE PESSOAL CGGP/SAA/MJSP Nº 253, DE 12 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso XV do art. 4º da Portaria SAA/SE/MJ nº 76, de 25 de novembro de 2021, publicada no DOU de 29 de novembro de 2021, resolve:

Designar EDUARDO BENEDITO CURTOLO para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Apoio à Atividade Correcional da Corregedoria-Geral do Gabinete do Ministro, código DAS-101.2, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo.

IRENILDA FERREIRA CARDOSO

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA DE PESSOAL AN Nº 142, DE 7 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no art. 22 da Portaria nº 2.433, de 24 de outubro de 2011, do Ministro de Estado da Justiça e no Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e, tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, com redação dada pela Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, considerando o que consta do Processo nº 08227.002232/2022-73, resolve:

Art. 1º - Conceder a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, de Órgão Central, de Nível Intermediário à servidora MARILENA RIBEIRO LIMA DOS SANTOS, matrícula SIAPE nº 1104337, ocupante do cargo de Datilógrafo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

PORTARIA DE PESSOAL AN Nº 143, DE 8 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 22, inciso XVI, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 24 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08227.001703/2022-26, resolve:

Conceder Pensão por Morte para RONIEL SIMÕES DOS SANTOS, na qualidade de filho inválido da servidora aposentada MARIA LUCIA SIMÕES DOS SANTOS, matrícula SIAPE nº 0749528, ocupante do cargo de Técnico de Nível Médio, Classe A, Padrão I, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Segurança Pública, em face de falecimento em 17 de abril de 2022, com fundamento nos Artigos 215 e 217, inciso IV, da Lei nº 8.112/1990, e artigos 23 e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, com efeito financeiro a partir de 17 de abril de 2022.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

PORTARIA DE PESSOAL AN Nº 144, DE 8 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso da competência atribuída pelo Art. 11 da Portaria nº 77, de 17 de janeiro de 2020, da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2020, considerando o que consta do Processo nº 08227.002426/2022, resolve:

Art.1 - Dispensar o servidor JULIO CESAR CAVADAS FERNANDES, matrícula SIAPE nº 6222313, do encargo de substituto do Coordenador de Tecnologia da Informação, da Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional, código FCPE 101.3.

Art.2º - Designar o servidor MARCOS PAULO CARDOZO CAMPOS, matrícula SIAPE nº 3063403, para exercer o encargo de substituto do Coordenador de Tecnologia da Informação, da Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional, código FCPE 101.3, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

PORTARIA DE PESSOAL AN Nº 145, DE 8 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso da competência atribuída pelo Art. 11 da Portaria nº 77, de 17 de janeiro de 2020, da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2020, e considerando o que consta no Processo nº 08227.002305/2022-27, resolve:

Art. 1º - Dispensar a servidora GEOVANA RAIMUNDA SOUSA MENDES DA SILVA, matrícula SIAPE nº 4664753, da Função Comissionada Técnica, Código FCT-15.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA GAB-DEPEN Nº 103, DE 11 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - Substituto, no uso de suas atribuições previstas nos incisos 71 e 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, no art. 32 do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e no art. 62 da Portaria MJSP nº 199, de 9 de novembro de 2018, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Designar a servidora Cintia Rangel assumpção, CPF 653.418.560-15, matrícula SIAPE 1545759, para exercer o encargo de Gestora do Termo de Colaboração nº 001/2022 - Processo Eletrônico SEI nº 08016.005996/2021-15, firmado entre o Departamento Penitenciário Nacional e o Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa (Besouro), do Município de Porto Alegre/RS, na qualidade de Participes, com poderes de controle e fiscalização, nos termos do que trata o art. 2º, inciso VI da Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 2º São obrigações do Gestor:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da Parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou o atingimento das metas da parceria, ou denotem indícios de irregularidades na gestão dos recursos repassados, relatando as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação da Parceria;

V - comunicar à Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, caso configuradas as hipóteses do art. 62, da Lei nº 13.019, de 2014;

VI - analisar o relatório parcial de execução do objeto e o relatório final de execução do objeto, apresentados pela Organização da Sociedade Civil Parceira Besouro, em sede de Prestação de Contas Anual ou Final, em tudo observados os prazos e procedimentos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, no Decreto Federal nº 8.726, de 2016, no Termo de Colaboração nº 001/2022 e respectivo Plano de Trabalho que o integra;

